

## **Ata n.º 91**

### Assembleia Geral

14 de dezembro de 2023

Ao décimo quarto dia do mês de dezembro de dois mil e vinte e três, pelas vinte horas e trinta minutos, sob a presidência do Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Dr. José Manuel Vieira Gavino, e secretariado pela Vice-Presidente, Dr.ª Ana Cristina Filipe Lopes, e pela Dr.ª Cláudia Sofia dos Santos Afonso Pinheiro, reuniu no Jupiter Lisboa Hotel, sita na Avenida da República 46, em Lisboa, e cumulativamente por videoconferência, a Assembleia Geral da Ordem dos Farmacêuticos convocada nos termos do n.º 3 do artigo 23.º do Estatuto da Ordem dos Farmacêuticos (OF), e pelo artigo 5.º do Regimento da Assembleia Geral, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Informações;
2. Aprovação da ata da Assembleia Geral da Ordem dos Farmacêuticos anterior;
3. Definição da distribuição do número de delegados a eleger por cada Assembleia Regional para a composição das Assembleias Gerais da Ordem dos Farmacêuticos a realizar em 2024;
4. Informação sobre a Sede Nacional da Ordem dos Farmacêuticos;
5. Informação sobre a Proposta de Lei 96/XV/1, que altera os Estatutos de Associações Públicas Profissionais;
6. Discussão e deliberação sobre o Plano de Atividades da Direção Nacional para 2024;
7. Discussão e deliberação sobre o Orçamento da Direção Nacional para 2024;
8. Discussão e deliberação sobre o Orçamento da Ordem dos Farmacêuticos para 2024;
9. Apreciação e discussão de outros assuntos que os Delegados considerem relevantes para a profissão.

Estiveram presentes os seguintes delegados:

**Pela Secção Regional do Centro (SRC):**

Ana Rita Rodrigues (por videoconferência), João Miguel Miranda Dias (por videoconferência), Sandra Magro (por videoconferência) e Carlos Eduardo Barreira Afonso.

**Pela Secção Regional do Norte (SRN):**

António Teixeira Ferreira (por videoconferência), Carlos André Da Silva Alves de Sá (por videoconferência), Eduarda das Graças Rodrigues Fernandes (por videoconferência), Isabel Rosina Portilha Antunes da Cunha, Maria Luís Queirós (por videoconferência), Nuno Miguel Diogo Cardoso Da Silva, José Orlando Ribeiro Ferreira Da Silva, Tiago André Alves De Oliveira Carvalho De Sousa (por videoconferência), Vítor Manuel Salgado Dias (por videoconferência), Vítor Manuel Fernandes Seabra Da Silva (por videoconferência).

**Pela Secção Regional do Sul e Regiões Autónomas (SRSRA):**

Ana Margarida Molhinho Advinha, André Sardinha de Sousa Dias, Cláudio Miguel Tomé Carmona, Eurico Augusto Joglar de Figueiredo Pais, Francisco de Almeida Sá de Brito Rodrigues, João Rafael Vicente Gonçalves, Juliana Oliveira de Matos, Lucas Rafael Chambel Martins, Maria de Sá Lourenço, Patrícia Gaspar Gomes, Tiago Miguel Abreu da Luz (por videoconferência) e Ana Carolina Rodrigues.

O Presidente da Mesa começou por esclarecer a utilização do modelo híbrido, em conformidade com o disposto no Regimento da Assembleia Geral, explicando, de seguida, as formas de participação nos trabalhos, quer presencialmente, quer através de videoconferência. A Mesa da Assembleia Geral informou ainda que os trabalhos se encontravam a ser gravados para efeitos de redação da ata.

A Mesa da Assembleia Geral colocou a votação a participação da delegada Joana Sofia Serra Esteves (por videoconferência) da SRC e do delegado Gonçalo Dinis Cerdeira Chasqueira (por videoconferência) da SRSRA, que se inscreveram fora do prazo previsto no Regimento da Assembleia Geral, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com 1 voto contra.

O Presidente da Mesa deu início à Ordem de Trabalhos, com a participação de 15 delegados presenciais e 13 delegados por videoconferência.

### **1. Informações**

O Presidente da Mesa questionou a Assembleia sobre informações a transmitir, não se tendo verificado nenhuma intervenção, pelo que se prosseguiu para o ponto seguinte da Ordem de Trabalhos.

### **2. Aprovação da ata da Assembleia Geral da Ordem dos Farmacêuticos anterior;**

O delegado Eurico Augusto Joglar de Figueiredo Pais propôs a dispensa da leitura da ata n.º 90 da Assembleia Geral.

O Presidente da Mesa colocou a votação a dispensada da leitura da ata n.º 90 da Assembleia Geral, de 30 de março de 2023, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

O Presidente da Mesa colocou a votação a ata n.º 90 da Assembleia Geral, de 30 de março de 2023, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com 5 abstenções.

### **3. Definição da distribuição do número de delegados a eleger por cada Assembleia Regional para a composição das Assembleias Gerais da Ordem dos Farmacêuticos a realizar em 2024;**

A Vice-Presidente da Mesa leu a nota informativa referente à distribuição do número de delegados a eleger por cada Assembleia Regional para a composição das Assembleias Gerais da Ordem dos Farmacêuticos a realizar em 2024 (Anexo 1).

### **4. Informação sobre a Sede Nacional da Ordem dos Farmacêuticos;**

A Vice-Presidente da Mesa passou a palavra ao Bastonário para apresentação do ponto.

O Bastonário cumprimentou o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, os restantes membros da Mesa da Assembleia Geral, os Órgãos Sociais, os delegados e todos os colegas presentes.

O Bastonário mencionou que o ponto de situação relativo ao projeto de construção da Nova Sede foi partilhado nas diferentes Assembleias Regionais. Relativamente ao planeamento para o ano de 2024, o Bastonário referiu que se encontra prevista a conclusão das obras até março/abril, seguindo-se os trabalhos licenciamentos até agosto e, posteriormente, a inauguração do edifício.

A Vice-Presidente da Mesa questionou se algum delegado pretendia intervir. Não se tendo registado quaisquer questões e/ou comentários, o Vice-Presidente da Mesa passou ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos.

#### **5. Informação sobre a Proposta de Lei 96/XV/1, que altera os Estatutos de Associações Públicas Profissionais;**

O Presidente da Mesa passou a palavra ao Bastonário para apresentação do ponto.

O Bastonário começou por mencionar que o ponto de situação foi partilhado nas diferentes Assembleias Regionais, sendo que, após a realização das mesmas, teve lugar uma reunião entre o Presidente da República e as diversas Ordens Profissionais. O Bastonário referiu que apresentou as preocupações da Ordem dos Farmacêuticos e partilhou que o Presidente da República reconheceu que o novo Estatuto da Ordem dos Farmacêuticos terá de ser reviso na primeira oportunidade. Esta revisão que a Ordem dos Farmacêuticos pretende igualmente solicitar, transmitida pelo Bastonário, visa esclarecer o artigo 74º, que atualmente não especifica adequadamente quais são os profissionais qualificados para realizar os atos nele descritos.

O Bastonário apresentou ainda um cronograma com as principais datas do processo de entrada em vigor do novo Estatuto da Ordem dos Farmacêuticos disponibilizando-se para esclarecer quaisquer questões e/ou comentários dos delegados.

O delegado André Sardinha de Sousa Dias questionou a necessidade de ser realizada uma revisão integral dos regulamentos da Ordem dos Farmacêuticos, em virtude de que nem todos são abrangidos pela necessidade de incorporar as alterações decorrentes da revisão estatutária. O delegado questionou, ainda, de que forma esta revisão irá adaptar os regulamentos à crescente tendência de transformação digital.

O delegado Lucas Rafael Chambel Martins interrogou se a solicitação da Ordem dos Farmacêuticos para se iniciar um novo processo de revisão do Estatuto seria partilhada antes das Eleições Legislativas ou se aguardaria pela conclusão do processo eleitoral.

Em resposta ao delegado André Sardinha de Sousa Dias, o Bastonário mencionou que a revisão dos regulamentos da Ordem dos Farmacêuticos decorrerá, preferencialmente, até agosto, indicando que este processo considerará a adaptação aos atuais sistemas de informação. O Bastonário referiu ainda que a revisão transversal dos regulamentos possibilitará modernizar a Ordem dos Farmacêuticos, tornando-a mais funcional.

Em resposta ao delegado Lucas Rafael Chambel Martins, o Bastonário fez referência às notas do Presidente da República aquando da promulgação do Estatuto da Ordem dos Farmacêuticos, que a par das razões previamente elencadas, sustentam o pedido de nova revisão estatutária. O Bastonário mencionou que irá contactar as outras Ordens Profissionais da área da saúde, bem como o Conselho Nacional das Ordens Profissionais, de modo que esta solicitação possa ser coordenada, referindo que os grupos parlamentares se encontram sensibilizados para este pedido.

O delegado André Sardinha de Sousa Dias questionou se a Ordem dos Farmacêuticos, em conjunto com outras ordens profissionais da área da saúde, pondera organizar iniciativas para transmitir a sua mensagem junto da opinião pública durante o período de campanha eleitoral.

O Bastonário mencionou a perceção de que a opinião pública e os partidos políticos divergem quanto à compreensão do papel das Ordens, pelo que a Ordem dos Farmacêuticos deve estar preparada para esse fator.

#### **6. Discussão e deliberação sobre o Plano de Atividades da Direção Nacional para 2024;**

O Presidente da Mesa passou a palavra ao Bastonário para que pudesse proceder à apresentação, tendo o Bastonário informado que o Plano de Atividades da Direção Nacional para 2024 foi apreciado e discutido nas respetivas Assembleias Regionais, disponibilizando-se para esclarecer quaisquer questões e/ou comentários dos delegados.

O Presidente da Mesa questionou se algum delegado pretendia intervir.

O Delegado José Orlando Ribeiro Ferreira Da Silva questionou sobre o ponto de situação e a posição da Ordem dos Farmacêuticos relativamente à criação das Unidades Locais de Saúde (ULS),

O Bastonário mencionou que a Ordem dos Farmacêuticos se encontra principalmente preocupada com a garantia do circuito e do acesso ao medicamento nas ULS, mas também como serão as análises clínicas incorporadas neste modelo de organização. Estes aspetos inserem-se na agenda da Ordem dos Farmacêuticos e serão abordados numa reunião futura com a Direção Executiva do Serviço Nacional de Saúde.

Não tendo sido solicitados esclarecimentos adicionais, o Presidente da Mesa colocou a votação o Plano de Atividades da Direção Nacional para 2024 (Anexo 2), tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

#### **7. Discussão e deliberação sobre o Orçamento da Direção Nacional para 2024;**

O Presidente da Mesa passou a palavra ao Bastonário para que pudesse proceder à apresentação, tendo o Bastonário informado que o Orçamento da Direção Nacional para 2024 foi apreciado e discutido nas respetivas Assembleias Regionais, informando também que o assessor financeiro da Ordem dos Farmacêuticos e o Revisor Oficial de Contas se encontravam disponíveis para esclarecer quaisquer questões e/ou comentários dos delegados.

O Delegado Vítor Manuel Salgado Dias solicitou informações relativamente à inclusão da remuneração dos recentes cargos previstos no novo Estatuto da Ordem dos Farmacêuticos no orçamento da Direção Nacional.

O Presidente da Mesa passou a palavra ao Assessor Financeiro da Ordem dos Farmacêuticos, Dr. Eduardo Pereira, que indicou que o orçamento contempla a verba para a remuneração do Provedor.

O delegado Vítor Manuel Salgado Dias mencionou que, segundo o novo Estatuto, existem mais cargos cuja remuneração se encontra prevista.

O Presidente da Mesa passou a palavra ao Secretário-Geral, Dr. Ricardo Santos, que indicou que o único órgão cuja remuneração tem um carácter obrigatório é a do Provedor, pelo que essa verba se encontra prevista para o segundo semestre de 2024.

O delegado Vítor Manuel Salgado Dias solicitou informações sobre a provisão prevista relativamente ao processo jurídico Calcitrin.

O Presidente da Mesa passou a palavra ao Assessor Financeiro da Ordem dos Farmacêuticos, Dr. Eduardo Pereira, que a Ordem dos Farmacêuticos tem um seguro que cobre parte dos potenciais riscos financeiros associados ao processo, não tendo, até ao momento, sido realizada nenhuma provisão.

O delegado António Teixeira Ferreira solicitou a indicação do valor previsto para a remuneração do Provedor.

O Presidente da Mesa passou a palavra ao Assessor Financeiro da Ordem dos Farmacêuticos, Dr. Eduardo Pereira, que indicou que a verba prevista para remuneração do Provedor é de 6 000 € (seis mil euros).

O delegado António Teixeira Ferreira questionou se o valor da verba alocada à remuneração do Provedor será suficiente.

O Bastonário informou que o serviço a prestar se encontra indexado ao serviço prestado pelo Revisor Oficial de Contas, não existindo ainda a partilha de informações entre as Ordens Profissionais que permita estabelecer uma comparação com outras realidades. O Bastonário passou a palavra ao Revisor Oficial de Contas, Dr. João Cruzeiro, para transmitir informações adicionais à Assembleia Geral.

O Revisor Oficial de Contas, Dr. João Cruzeiro, informou que foi realizada a análise dos pressupostos que guiaram a elaboração do orçamento, bem como foi efetuada a auditoria intercalar às contas do primeiro semestre de 2023, tendo sido dado um parecer favorável ao orçamento apresentado.

Não tendo sido solicitados esclarecimentos adicionais, o Presidente da Mesa colocou a votação o Orçamento (Anexo 2), tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

## **8. Discussão e deliberação sobre o Orçamento da Ordem dos Farmacêuticos para 2024;**

O Presidente da Mesa passou a palavra ao Bastonário para que pudesse proceder à apresentação, tendo o Bastonário informado que o Orçamento da Ordem dos Farmacêuticos para 2024 foi apreciado e discutido nas respetivas Assembleias Regionais, disponibilizando-se para esclarecer quaisquer questões e/ou comentários dos delegados.

Não tendo sido solicitados esclarecimentos, o Presidente da Mesa colocou a votação o Orçamento (Anexo 2), tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

## **9. Apreciação e discussão de outros assuntos que os Delegados considerem relevantes para a profissão;**

O delegado André Sardinha de Sousa Dias manifestou preocupação com a criação das ULS no que concerne ao acesso às urgências por parte de doentes com situações clínicas ligeiras, abordando a possibilidade de os farmacêuticos fazerem a referenciação dos doentes. O delegado demonstrou também preocupação com a portaria n.º 263/2023 e outros atos administrativos que não esclarecem o papel do farmacêutico enquanto profissional liberal.

O delegado João Rafael Vicente Gonçalves mencionou os serviços prestados no âmbito da farmácia comunitária, solicitando a reflexão da Direção Nacional relativamente à implementação de novos serviços prestados por farmacêuticos. O delegado defendeu que a Ordem dos Farmacêuticos deve sensibilizar também para questões de assédio moral e de assédio profissional. Neste sentido, sugeriu que fosse procurada uma solução de apoio psicológico para os farmacêuticos. O delegado elogiou o Plano de Atividades proposto, sublinhando, no entanto, que considerava faltar uma aposta na formação, aproximando a profissão da academia. Relativamente ao novo cartão de identificação, o delegado sugeriu a possibilidade de ser disponibilizado o currículo de cada farmacêutico nos balcões de atendimento da farmácia comunitária.



O delegado André Sardinha de Sousa Dias manifestou preocupação com a gestão de páginas nas redes sociais por parte de farmacêuticos. Por último, o delegado felicitou a Direção Nacional pelo trabalho desenvolvido.

O delegado Tiago André Alves De Oliveira Carvalho De Sousa questionou se o novo cartão de identificação permitirá aceder à informação sobre as competências detidas pelos farmacêuticos.

O delegado Cláudio Miguel Tomé Carmona solicitou informações sobre o contacto com os Conselhos de Administração no seguimento das escusas de responsabilidade de farmacêuticos hospitalares rececionadas pela Ordem dos Farmacêuticos.

O delegado António Teixeira Ferreira solicitou que a Ordem dos Farmacêuticos atue perante a falta de identificação dos farmacêuticos a exercer em contexto hospitalar.

O Presidente da Mesa passou a palavra ao Bastonário para que pudesse responder às questões levantadas.

O Bastonário respondeu ao delegado André Sardinha de Sousa Dias, defendendo a importância da intervenção do farmacêutico na gestão das situações clínicas ligeiras e dando conhecimento dos avanços legislativos nesta matéria. O Bastonário mencionou também a necessidade de preparar a intervenção do farmacêutico comunitário na identificação de problemas de saúde mental.

O Bastonário respondeu ao delegado João Rafael Vicente Gonçalves, defendendo que as Ordens Profissionais devem ser estruturas que garantam as condições para que os profissionais possam prestar os serviços da melhor forma. Para tal, o Bastonário reforçou a aposta na formação adaptada às necessidades e que inclua as matérias referidas pelo delegado, bem como apelou a que os farmacêuticos denunciem à Ordem dos Farmacêuticos situações de assédio profissional. Relativamente ao apoio psicológico a disponibilizar pela Ordem dos Farmacêuticos, o Bastonário assumiu o compromisso de procurar soluções que se revelem vantajosas para os farmacêuticos.

Relativamente à identificação dos farmacêuticos, o Bastonário concordou com os delegados António Teixeira Ferreira e Tiago André Alves De Oliveira Carvalho De Sousa, sobre a importância de se estabelecer uma distinção clara entre os farmacêuticos e outros profissionais, no que diz respeito à sua identificação.

O Bastonário sublinhou ainda que o novo cartão de identificação profissional procurará clarificar a função, a especialidade e as competências detidas pelos farmacêuticos. No âmbito da farmácia hospitalar, o Bastonário reconheceu ser mais complexa a implementação de um sistema de identificação generalizado, em virtude da homogeneidade existente em cada hospital no que concerne a esta matéria.

O Bastonário respondeu ao delegado Cláudio Miguel Tomé Carmona, comunicando que a Ordem dos Farmacêuticos recebeu, na véspera da Assembleia-Geral, 13 escusas de responsabilidade de farmacêuticos hospitalares do Hospital Divino Espírito Santo. O Bastonário abordou ainda a situação do Instituto Português de Oncologia do Porto, em virtude das escusas de responsabilidade dos farmacêuticos hospitalares a exercer neste Instituto. Relativamente à totalidade de escusas recebidas, o Bastonário informou que foram rececionadas nos serviços da Ordem dos Farmacêuticos 200 declarações, representando, aproximadamente, um quinto dos farmacêuticos hospitalares no ativo. O Bastonário mencionou ainda as diligências junto do Ministério da Saúde no sentido de alertar para as limitações atuais da carreira farmacêutica no Serviço Nacional de Saúde, defendendo também uma maior visibilidade dos serviços farmacêuticos.

O Presidente da Mesa questionou a existência de intervenções adicionais.

O delegado António Teixeira Ferreira manifestou preocupação com a exposição de farmacêuticos comunitários ao vírus SARS-CoV-2 no seguimento da campanha de vacinação.

O delegado Tiago André Alves De Oliveira Carvalho De Sousa indicou que na intervenção inicial se referia à possibilidade de introdução de um chip na carteira profissional, que viabilizasse o acesso aos dados profissionais dos farmacêuticos.

O Bastonário respondeu ao delegado Tiago André Alves De Oliveira Carvalho De Sousa, informando que o Secretário-Geral transmitiria informações adicionais sobre a modernização da carteira profissional.

O delegado João Rafael Vicente Gonçalves demonstrou preocupação com a gestão de páginas de redes sociais por parte de farmacêuticos por práticas que colocam em causa a dignidade da profissão.

O Bastonário respondeu ao delegado João Rafael Vicente Gonçalves, concordando com a preocupação manifestada e dando conhecimento das diligências efetuadas pela Ordem dos Farmacêuticos após a identificação de situações que possam configurar matéria passível de sanção disciplinar.

O Bastonário respondeu ao delegado António Teixeira Ferreira, defendendo que a vacinação de profissionais de saúde deve estar garantida e a prestação do serviço de administração de vacinas em condições de segurança.

O Bastonário passou a palavra ao Secretário-Geral, Dr. Ricardo Santos, que abordou o acesso dos farmacêuticos ao Registo de Saúde Eletrónico, mencionando que este aspeto se encontra a ser desenvolvido com os Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, por soluções mais avançadas do que um eventual chip na carteira profissional, referindo a potencial identificação como profissional farmacêutico através da chave móvel digital.

Não tendo sido solicitados esclarecimentos adicionais, o Presidente da Mesa colocou a votação a minuta de deliberações, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

Não havendo outros assuntos, o Presidente da Mesa agradeceu a presença de todos os delegados, ao Senhor Bastonário, aos membros da Direção Nacional e a todos os presentes.